

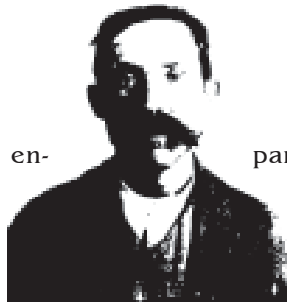
Lucia Maria Paschoal Guimarães

Professora Adjunta do Departamento
de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Breves Reflexões Sobre o Problema da Imigração Urbana

O caso dos espanhóis no Rio de Janeiro
(1880-1914)

No Brasil, o fluxo das entradas de emigrantes avolumou-se progressivamente no início da década de 1880, atingindo o seu ápice no início do século XX. Estima-se que o país recebeu aproximadamente três milhões de pessoas, entre 1880 e 1914.¹ A produção historiográfica sobre o impacto da chegada dessa verdadeira massa humana, integrada na sua maioria por italianos, portugueses, espanhóis, alemães e eslavos, concentra-se em torno de dois eixos interpretativos: de um lado, a questão da colonização e povoamento; de outro, o problema da introdução da mão-de-obra livre, encarada como uma espécie de desdobramento natural do processo da transição do braço escravo



para o trabalho assalariado, sobretudo na grande lavoura do café.

No primeiro caso, os historiadores evidenciam que o recurso à vinda de estrangeiros constituiu-se no principal meio utilizado pelas autoridades governamentais para a ocupação de espaços vazios, com base no regime de pequeno e médio estabelecimento rural policultor, trabalhado pelos proprietários e suas famílias. Tais estudos, cuja finalidade se restringe a recuperar a trajetória de comunidades de emigrantes, são desenvolvidos, via de regra, na região sul e em certas áreas do sudeste brasileiro, onde esse processo ocorreu de modo mais intenso.²

No segundo, os pesquisadores se repor-

tam às necessidades e às soluções engendradas pelos setores agrários, em especial grandes cafeicultores paulistas, para manterem o ritmo da produção diante do eminente colapso do sistema escravista, extinto em 1888. Nessa linha de abordagem há um conjunto de obras, tributárias das análises pioneiras de Caio Prado Júnior, Emilia Viotti da Costa e Florestan Fernandes, que valendo-se de pressupostos do materialismo histórico procuraram demonstrar como diferentes contextos históricos se articularam para servir ao avanço do capitalismo e às classes dominantes.³ Ou seja, buscaram explicar o fenômeno com um enfoque que explora as contradições do capitalismo, tanto no núcleo repulsor da mão-de-obra quanto no centro de atração. Onde se conclui que no contexto europeu, onde se vivenciava uma fase de acelerado crescimento do capitalismo industrial, exportar gente constituiu-se num mecanismo eficaz para aliviar a pressão econômica e demográfica. Já no caso brasileiro, marcado por uma conjuntura capitalista agrário-exportadora, importar mão-de-obra representava uma alternativa viável, capaz de minimizar os traumas da desagregação da força de trabalho escrava.

Conquanto tenham contemplado questões estruturais do panorama econômico nacional, aqueles autores deixaram a descoberto uma brecha que a historiografia apenas vem tangenciando: a emigração urbana e suas implicações.⁴ No presente artigo, em rápidos traços,

examinaremos a presença dos espanhóis na cidade do Rio de Janeiro, no período que se estendeu de 1880 a 1914. Apesar de constituírem um grupo de grande mobilidade e altas taxas de retorno, eles chegaram a formar a terceira maior colônia estrangeira na antiga capital do país. Pretendemos demonstrar, por meio desse estudo de caso, que a emigração urbana se constituiu num fator concorrente da mão-de-obra nacional, especialmente aquela que fora liberada pela abolição da escravatura.⁵

Há um século, nos principais portos do reino de Espanha, milhares de pessoas disputavam um lugar nos 'buques' com destino ao Novo Mundo, empurrados pela pobreza e intolerância. As autoridades locais pareciam, mesmo, incentivar aqueles que se desterravam voluntariamente, já que desde 1853 haviam suprimido os obstáculos legais à emigração.⁶ 'Fazer a América' significava a perspectiva do acesso à propriedade da terra, às oportunidades de trabalho, à fortuna fácil e, quem sabe, se a Virgem de Macarena ajudasse, o regresso vitorioso ao torrão natal. As agências de emigração ajudavam a alimentar esse sonho, valendo-se muitas vezes de propaganda enganosa e falsas promessas. O jornal *O País*, na sua edição de 3 de fevereiro de 1887, noticiava a existência de umas 'arapucas', que estaria promovendo o recrutamento para o Brasil, na capital espanhola:

(...) Parece que na rua San Quintin em

Madri, há uma agência de emigração para o Brasil que oferece passagens gratuitas, vinte libras esterlinas ao desembarcar e terrenos para fundar colônias. Notícias de Madri asseguram que já estavam inscritas umas oito mil pessoas...⁷

Considerada como uma economia pré-industrial até 1873, a Espanha só conseguiria implantar sua indústria de base e de transformação na década seguinte, quando se consolidaram as posições dos principais pólos regionais que iriam impulsionar o processo: na Catalunha, situaram-se a indústria textil algodoeira, a produção e exportação de vinhos, a siderurgia e a indústria mecânica; em Biscaia, localizaram-se as empresas mineradoras, concentrando-se, ainda, atividades de navegação, comércio de importação e exportação, enquanto que em Madri prosseguiram as atividades tradicionais das manufaturas pré-industriais. No período de 1891 a 1917, a economia já apresentava uma configuração de elementos de industrialização capitalista, acompanhada de medidas protecionistas em defesa da produção autóctone.⁸ Ajudaram, de modo decisivo, a financiar o processo "(...) as remessas de dinheiro feitas por emigrantes a partir de 1890".⁹

Afora a problemática relacionada com o desenvolvimento industrial tardio, a emigração espanhola seria fomentada por um outro conjunto de fatores, onde se entrecruzaram aspectos demográficos e

questões decorrentes da manutenção de uma estrutura fundiária arcaica no país. Até o ano de 1900, cerca de 2/3 da população do Reino se ocupavam direta ou indiretamente com as atividades agrárias. No entanto, à proporção que o número de habitantes crescia nas áreas rurais, os investimentos com a agricultura retraíam-se. Este desequilíbrio, segundo Pierre Villar, acentuava-se devido à permanência de práticas senhoriais. Na Galícia, por exemplo, ainda se pagavam 'censos', 'foros', 'subforos' em minifúndios paupérrimos, onde uma família dificilmente conseguia o seu sustento cultivando a terra. Na própria região da Catalunha, uma das principais molas propulsoras da industrialização, o contrato secular da 'rebassa morta' encontrou sobrevivências feudais, quando uma praga arrasou os vinhedos e os proprietários seculares reclamaram seus direitos. Nos outros territórios do sul do Reino, onde predominavam os latifúndios, a terra apenas mudou de mãos, quando se procedeu à desapropriação dos domínios da Igreja. Em Andaluzia, por exemplo, os terratenentes nem acumularam, nem investiram capitais na lavoura, devido a um regime fundiário de cultivo extensivo, de baixíssima produtividade, onde grandes extensões estavam destinadas à caça ou à criação de touros de corrida.¹⁰

Se as oportunidades no campo se mostravam escassas, as pretensões coloniais espanholas e o recrutamento militar

obrigatório tornavam a vida dos camponeses mais difícil. O jornal *El Socialista*, por exemplo, denunciava que as classes trabalhadoras não podiam, nem deviam apoiar as ações pró-colonialistas do Governo, porque "(...) davam seu sangue e reduziam o seu alimento a um grau inconcebível".¹¹ Agravando o quadro, havia a política de indenização, por parte daqueles que desejavam se desobrigar do serviço militar nas colônias. Os jovens, oriundos das localidades mais empobrecidas da Espanha, via de regra situadas nas zonas rurais, dificilmente conseguiam pagar aquelas taxas. Para esses moços, que contavam com a cumplicidade dos agentes de emigração, o expatriamento transformou-se numa válvula de escape do engajamento obrigatório.¹²

Pressionados, ainda, por altas taxas de natalidade, pequenos e médios proprietários, bem como lavradores que dispunham apenas da sua força de trabalho, viam-se obrigados a abandonar povoados e vilas interioranas. Do campo migravam para as áreas urbanas, na expectativa de serem absorvidos pela indústria ou o comércio. A *via crucis*, no entanto, não se encerraria nos grandes centros. Analfabetos, na sua grande maioria, e sem possuir qualificação para o trabalho fabril, a cidade os rejeitava. O passo seguinte era tomar o caminho do porto mais próximo e tentar o embarque na terceira classe, do primeiro 'buque' que zarpassse com destino à América. Os Estados Unidos, a Argentina, o Uruguai e

o Brasil, respectivamente, constituíam-se nos principais focos de atração do "paraíso americano".¹³

As estimativas oficiais indicam que em torno de 450 mil espanhóis deram ingresso nos portos brasileiros, entre 1880 e 1914. A cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, constituiu-se numa das principais portas de entrada dessa massa humana. De acordo com nossos cálculos, 126.833 hispânicos desembarcaram no Rio, naquele período. Chegamos a esse número, compilando as fontes disponíveis no Arquivo Nacional, em especial duas séries de documentos: os livros de registro do porto do Rio de Janeiro e as relações dos vapores. É importante salientar que os dados quantificados referem-se exclusivamente aos emigrantes que passaram pelo controle das autoridades locais. Especula-se que, na condição de clandestinos, teriam aportado outros 25 mil, o que corresponde a cerca de 20% do total de entradas legais.

Em todos os intervalos do gráfico nº 1 observa-se a predominância marcante do elemento masculino. A flutuação dos números demonstra a existência de uma estreita correlação entre a emigração e as características do contexto econômico, social e político do centro repulsor, anteriormente descritas. Nos intervalos de 1880-1884 e 1885-1889, o movimento de entradas, de ambos os sexos, se apresentou crescente, refletindo as sucessivas crises de subsistência, tanto no âmbito continental do Reino quanto na

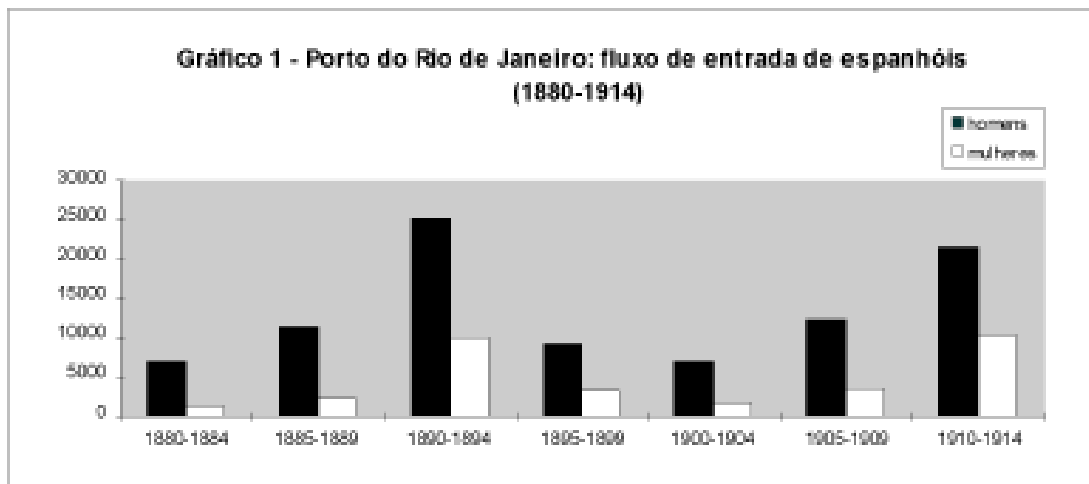
parte insular. Se a fome grassava no continente, em razão das más colheitas e do excesso de população, as dificuldades não eram menores no arquipélago das Canárias. Seu principal produto de exportação, a cochonilha, ao final da década de 1870, passara a enfrentar a concorrência da entrada das anilinas artificiais no mercado internacional.

Entre 1890 e 1894 o fluxo deu um enorme salto em relação ao intervalo anterior. Os elevados índices atingidos, tanto no caso dos homens quanto no das mulheres, além da intensificação dos fatores estruturais de repulsão, deve ser creditado, ainda, a uma questão de ordem conjuntural: a disseminação da 'filoxera', praga que assolou os vinhedos espanhóis e comprometeu a viticultura do país, obrigando os agricultores a abandonarem suas plantações.

O ritmo das taxas de desembarque caiu, sucessivamente, nos períodos 1895-1899 e 1900-1904. Do ponto de vista econô-

mico, aqueles dez anos corresponderiam a uma fase em que a economia espanhola parecia dar mostras de uma lenta recuperação. Além disso, no que diz respeito aos elementos do sexo masculino, a queda das entradas deve ser relacionada ao recrutamento militar, ativado para fazer frente às guerras coloniais em Cuba e nas Filipinas.¹⁴

A tendência de queda reverteu-se logo em seguida. Nos intervalos de 1905-1909 e 1910-1914, a quantidade de ingressos voltaria a se elevar de maneira significativa: pulou para 16.025 e 31.798 respectivamente, sinalizando não apenas o recrudescimento de antigos problemas econômicos, mas também uma reação da população masculina jovem, que fugia a uma nova onda de engajamento obrigatório, motivado pelas pretensões militares da Espanha no Marrocos. Essa vertigem emigratória favoreceu-se do barateamento dos custos das viagens transatlânticas, que se tornaram mais acessí-



Fonte: livros do porto do Rio de Janeiro e relação dos vapores do porto do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional.

veis às camadas menos favorecidas da população.¹⁵

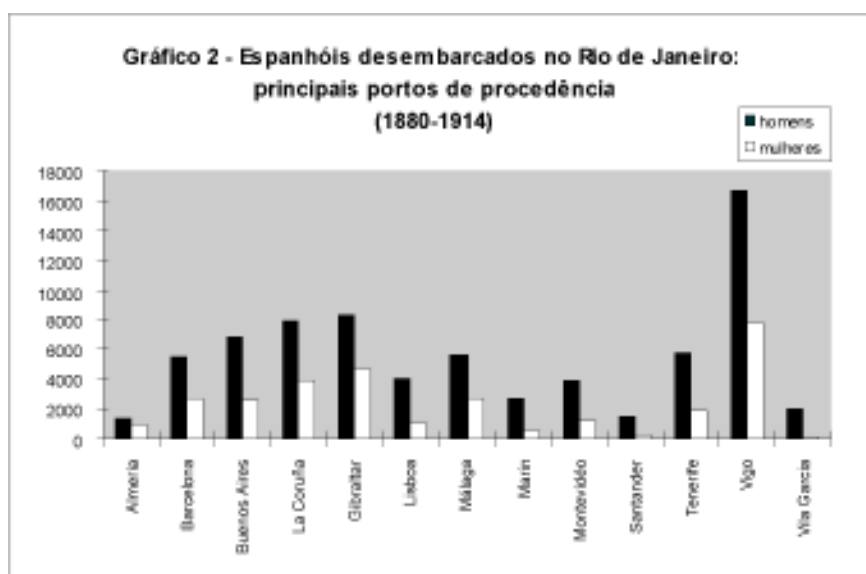
A febre emigratória, que contagiou o noroeste da Espanha, aparece nitidamente no gráfico nº 2, através dos numerosos embarques nos portos de La Coruña, Vigo, Vila Garcia e Lisboa - outro pólo que também servia de alternativa para o escoamento dos naturais da Galícia. Este fluxo estava condicionado ao problema da terra naquela região onde, conforme já se evidenciou, era impossível uma família viver dos rendimentos da lavoura.

Uma segunda corrente de emigrantes tinha sua origem no sul do Reino. As altas taxas, apuradas nos centros portuários meridionais de Málaga, Vila Marin e Gibraltar,¹⁶ confirmam o agravamento de questões agrárias na região da Andaluzia, anteriormente tratadas. Já a saída por Barcelona, metrópole urbana e capital da Catalunha, permite inferir a ocorrência

de dois movimentos migratórios sucessivos: do campo para a cidade; da cidade para o exterior.

A incidência de embarcados em Tenerife, capital do arquipélago das Canárias, demonstra não apenas a crise provocada pela debacle da produção da cochonilha. Pode ser entendido como um forte indicativo da fuga e deserção do recrutamento militar obrigatório. Cabe aqui abrir um breve parêntese para lembrar a posição estratégica do arquipélago, onde se concentravam armas e tropas visando às intervenções espanholas no norte do continente africano.

O exame do gráfico nº 2 possibilita, ainda, identificar a existência de um quarto movimento de emigrantes hispânicos, desta feita provenientes da região do rio da Prata. De Buenos Aires, com destino ao Rio de Janeiro, partiram 9.439 espanhóis, enquanto que de Montevidéu



Fonte: relação dos vapores do porto do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional.

quantificamos 5.218. Este refluxo, ao que parece, constituía-se numa espécie de “caminho natural de retorno”.¹⁷ Embora na documentação pesquisada inexistassem informações e dados numéricos capazes de comprovar tal hipótese, encontramos num jornal carioca vestígios da existência dessa ‘corrente de volta’, que merece ser investigada em outra oportunidade:

(...) O sr. ministro da Agricultura (...) autorizou os nossos cônsules no Rio da Prata a conceder passagem por conta do Estado aos que desses países desejassem sair, com o fim de se estabelecerem no nosso. (...) *É geralmente sabido que dentre os imigrantes que procuram a América, e principalmente o Rio da Prata, figuram um avultado número que emigra sem família e por isso mesmo no firme propósito de regressarem à pátria, logo que conseguem por qualquer meio, até mesmo o criminoso, algum pecúlio; que fogem do trabalho agrícola e que constituem um elemento perigoso no meio em que se colocam...*¹⁸ (o grifo é meu).

Enquanto a imprensa dedicava-se ao debate sobre a política de emigração e o perfil da força de trabalho desejada,¹⁹ na prática tudo leva a crer que prevaleceram as entradas indiscriminadas, fruto da ganância dos agentes no exterior e dos subsídios generosos que o governo brasileiro oferecia com o intuito de atrair braços para a lavoura.

No caso dos emigrantes espanhóis, descobrimos dois indicativos dessa situação. O primeiro, por meio da leitura de uma

carta encaminhada ao deputado federal Antão de Faria, em 20 de novembro de 1891. Seu autor, Enrique de Sastré, exercera o cargo de comissário de emigração da República dos Estados Unidos do Brasil em todo o Reino da Espanha. No mencionado documento, Sastré informava ao parlamentar que, no primeiro semestre daquele ano, 65.089 pessoas deixaram o Reino, com destino ao nosso país. Questionava, porém, a qualidade dessa mão-de-obra. No seu entender, os integrantes daquele grupo, salvo algumas exceções, não estariam “verdadeiramente aptos para a agricultura”. Segundo o ex-comissário, o governo brasileiro necessitava criar, com urgência, junto às suas representações diplomáticas, mecanismos legais para fiscalizar o recrutamento e seleção de trabalhadores. Este processo não deveria permanecer nas mãos de agentes inescrupulosos, voltados para o lucro, já que “(...) todo o seu afã é mandar gente que serve ou que não serve, todo o seu interesse se reduz ao grande benefício das 25 pesetas por passagem (...)”.²⁰ Se fizermos as contas, com base nas declarações de Enrique de Sastré, nos seis primeiros meses de 1891, os contratadores embolsaram 1.627.225 pesetas, uma quantia nada desprezível, mormente numa época de crise.

O segundo indício, percebemos ao examinar os livros de registro do porto do Rio de Janeiro, quando nos deparamos com os chamados ‘contratos de emigra-

ção'. Estes instrumentos legais eram utilizados tanto por empresas particulares quanto pelos municípios e estados da federação, quando desejavam importar mão-de-obra para fins específicos. Entre 1880 e 1914, identificamos apenas 19 contratos, perfazendo 9.298 desembarques. Os maiores contratantes foram a Estrada de Ferro Cantagalo e a Companhia Metropolitana que 'importaram', respectivamente, 1.004 e 5.673 trabalhadores. Comparando-se o número de 'contratados' com o total geral de entradas naquele período, conclui-se que somente cerca de 7,3% dos hispânicos possuíam emprego garantido ao pisar em solo carioca. A maioria, de acordo com a nossa percepção, apesar da passagem subsidiada, lançou-se numa aventura marcada pela promoção e manipulação da miséria.

Essas evidências nos encaminharam a tentar estabelecer os principais traços característicos da mão-de-obra espanhola que deu entrada no Rio de Janeiro. Os testemunhos disponíveis, porém, revelaram-se precários. Os documentos raramente discriminam a entrada de famílias e mostram-se falhos no que se refere ao preenchimento das informações sobre idade, estado civil, grau de instrução e destino dos emigrantes. Além disso, os próprios formulários de registro sofreram tantas alterações, que impedem a montagem de séries quantitativas completas. Diante destes obstáculos, decidimos tomar como modelo o perfil delineado pelo

Instituto Español de Emigración. Segundo esta fonte, o emigrante hispânico médio era adulto, do sexo masculino, oriundo das zonas rurais, solteiro e costumava viajar desacompanhado, mesmo quando casado.²¹

Apesar das dificuldades encontradas, conseguimos identificar as profissões de boa parte dos integrantes do universo pesquisado. Na tabela 1, adiante, classificamos e quantificamos as profissões declaradas, por sexo e setor da economia.

Os documentos oficiais não apresentam o registro da profissão de 21.892 espanhóis, o que corresponde a 17,3% do universo pesquisado. A omissão pode ser um indício de que esse grupo, contabilizado na categoria 'sem informação', corresponderia às entradas de crianças, muitas das quais emigraram desacompanhadas, segundo o costume da época, como veremos mais adiante.

A predominância das incidências no setor rural, onde computamos um conjunto de 66.385 agricultores, confirma as tendências reveladas no gráfico nº 2, no qual distribuimos os recém-chegados pelos portos de procedência e concluimos que a maior parte dos embarques ocorreram em localidades que serviam de escoadouro para a população campestre, vítima da pobreza e das mazelas decorrentes de estruturas fundiárias arcaicas. Porém, conforme alerta em estudo recente Magnus Mörner, devemos ter uma certa dose de desconfiança diante da declaração da profissão de agricultor, no momento de entrada no país receptor.²² Tan-

to os agentes de recrutamento quanto os candidatos à emigração subsidiada conheciam o notório interesse do governo brasileiro em receber contingentes que se destinassem à lavoura.

Quantificamos o ingresso de 35.921 pessoas, cujas profissões declaradas se enquadravam no setor de serviços. Jornalheiros e serventes na sua quase totalidade careciam de qualificação profissional definida. Supomos que eles deveriam fazer parte daquele contingente que migrara do campo para as cidades e daí para o exterior.

Quanto aos baixos índices de profissionais do setor da indústria, esses espelham as condições da mão-de-obra

no contexto do desenvolvimento industrial tardio da Espanha. Dentre os 2.635 indivíduos que se afirmaram operários, predominavam as profissões ligadas à construção civil (pedreiros, canteiros e carpinteiros). Não havia técnicos, nem profissionais especializados, a exemplo do que ocorreu com emigrantes oriundos de países de industrialização mais acelerada, que se transferiram para o Brasil, tanto por conta própria quanto por convite, para participar de projetos de modernização, tais como estradas de ferro, portos e indústrias de transformação.

Cumpridas as formalidades de desembarque, à exceção dos grupos que vieram por contrato, pouco se sabe a respeito

Tabela I

Espanhóis desembarcados no porto do Rio de Janeiro (1880-1914): profissões por setor da economia (números absolutos)

Períodos/Profissões declaradas	Indústria		Serviços		Rural		Sem Informação	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1880-1884	55	0	4383	638	1794	498	853	369
1885-1889	9	1	5176	415	4607	1632	1752	103
1890-1894	50	4	6771	1300	15333	7841	2987	1012
1895-1899	94	3	2262	1069	5447	1689	1463	731
1900-1904	434	74	386	19	3902	628	2216	1010
1905-1909	530	34	2445	569	6314	1326	3011	1796
1910-1914	1236	111	7871	2617	10017	5357	2329	2260
Totais	2408	227	29294	6627	47414	18971	14611	7281

Fonte: relação dos vapores do porto do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional.

do destino dos emigrantes espanhóis. A *urbs* carioca, em princípio, deveria servir de local de trânsito, espécie de encruzilhada obrigatória, por onde os trabalhadores passavam, a caminho das áreas agrícolas do centro-sul. A maioria, por certo, seguiu este rumo. Porém, encontramos vestígios de que uma parcela significativa do grupo tomou um outro atalho. Melhor dizendo, ao invés de seguir para o campo, estacionou na margem esquerda da baía de Guanabara.

Recuperar a trajetória dos compatriotas de Cervantes no Rio de Janeiro, após a sua passagem pelas autoridades portuárias, se assemelha a montar um quebra-cabeças. Começamos, pois, com as peças oficiais. O recenseamento de 1890, embora apresente deficiências, indica que 30% da população do Distrito Federal era integrada por estrangeiros. Os de origem espanhola formavam a terceira maior concentração de imigrantes, perfazendo um total de 10.800 pessoas, das quais 1.296 optaram pela nacionalidade brasileira, consoante a lei da grande naturalização promulgada naquele mesmo ano.²³ No censo realizado em 1906, eles continuariam a ocupar aquele posto:²⁴ somavam 20.699 habitantes, apesar das taxas de retorno alcançarem um percentual de quase 50%.²⁵

A comunidade hispânica parecia dar preferência por se estabelecer nos espaços centrais do Rio. Aglomerava-se nos distritos de Santa Rita, Sacramento, São José, Santo Antônio, Espírito Santo, Gló-

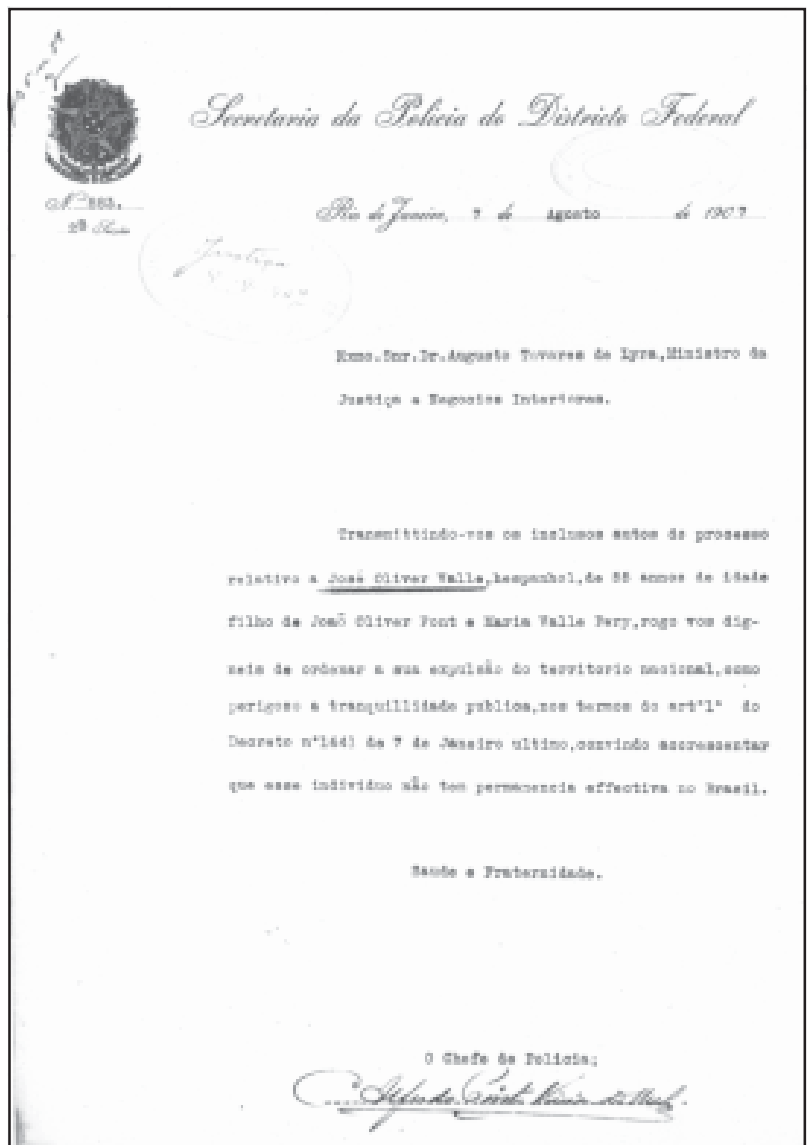
ria e Gamboa, este último situado na zona portuária. Essas áreas, densamente povoadas, haviam escapado do plano de obras de remodelação e saneamento iniciado em 1902 pelo prefeito Pereira Passos.²⁶ Ali se localizava a maior incidência de habitações coletivas da cidade, os populares 'cortiços'.²⁷ Isto nos permite inferir que os recém-chegados compartilhavam com os segmentos mais baixos da população carioca do mesmo padrão de moradia.

O grupo originário da Galícia, por suas afinidades étnicas, lingüísticas e culturais com os portugueses, foi o que mais se enraizou no Rio. Tanto assim, que o apelido pejorativo de 'galego' servia para designar os ibéricos de um modo geral. Embora os recenseamentos não adotassem o critério de quantificar a população estrangeira por nacionalidade, segundo as ocupações exercidas, descobrimos a presença daquele grupo, trabalhando no comércio de retalho e no setor de cafés, bares, botequins, pensões e hotelaria.

Os naturais de outras regiões da Espanha dispersaram-se pela indústria da construção civil, setor de transportes e serviços portuários. Integrados ao proletariado urbano, os espanhóis chegaram a liderar algumas das organizações de trabalhadores mais influentes da capital federal: o Centro Cosmopolita, o sindicato dos trabalhadores da construção civil e o de empregados em hotéis, bares e restaurantes.²⁸ Aliás, a presença em entidades deste gênero era entendida como

um sintoma de 'anarquismo'. Encarados como subversivos, esses operários seriam responsabilizados pelo aliciamento dos 'dóceis' trabalhadores brasileiros.²⁹ Homens e mulheres quase sempre traziam indicações de onde conseguir abrigo e emprego. Geralmente tratava-se de algum patricio, dono de um pequeno ne-

gócio, que lhes concedia casa e comida, em troca de serviços diversos. Veja-se o caso do sr. Ramon Sobrero, natural de Vigo. Tinha 17 anos, quando aqui desembarcou. Segundo seu filho, além da bagagem de mão, ele trouxe apenas o endereço de um antigo vizinho, nas cercanias do cais do porto. Por sorte, a indi-



Correspondência do chefe de polícia para o ministro de Justiça e Negócios Interiores. Parte integrante do processo de expulsão de José Oliver Valle. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1907. Arquivo Nacional.

cação estava correta. Tratava-se de uma ‘casa de pasto’, que fornecia refeições para estivadores e operários. Acolhido pelo patrício, a princípio foi encarregado da limpeza, sem perceber dinheiro algum. Dormia no próprio local de trabalho. Mais tarde, quando ‘pegou prática’, passou a entregar marmitas e servir os fregueses, o que lhe permitiu ganhar algumas gorjetas. Depois de alguns anos, pagou as passagens do irmão e de um primo que fugira do serviço militar obrigatório. Com a ajuda do antigo patrão, os três abriram um botequim, na “rua Larga esquina com a rua do Acre”.³⁰

Já o sr. José Maria Carreiras não teve um destino muito diferente. Nascido em Martos (Andaluzia), já havia estado em Barcelona, onde exerceu o ofício de carpinteiro. Desempregado, deixou a mulher e quatro filhos para tentar a vida no Brasil. Deu entrada no Rio de Janeiro, em 1910, aos 32 anos de idade. Com uma carta de recomendação de um embarcaçõ conterrâneo, que conseguiu a bordo, apresentou-se no hotel dos Estrangeiros, onde conquistou uma vaga como carregador de malas, com direito a pernoitar num quartinho que servia de vestiário para a criadagem. Poucos dias depois, ofereceu-se para fazer um pequeno reparo num móvel da recepção do hotel, o que lhe possibilitou exercer a sua profissão anterior e ganhar um salário melhor. Suas habilidades o tornaram conhecido nas redondezas. Além do trabalho fixo, passou a fazer biscates. Deixou

o hotel e se estabeleceu no subúrbio de Inhaúma. A oficina, que não passava de uma portinha acanhada, transformou-se numa serraria.³¹

Mulheres e crianças cumpriam um ritual semelhante. Quando não permaneciam agregadas junto a algum parente ou conhecido, a espera de uma oportunidade no comércio, empregavam-se como domésticas em casas de família, pensões e hospedarias. Aliás, era comum a vinda de meninas desacompanhadas, contratadas para este fim, conforme o depoimento da sra. Joana Villa, que aqui aportou aos 11 anos de idade, sozinha, vinda de Ponte Sesso (La Coruña). Ela justificava sua situação, afirmando que “quem não trabalha, não come”. E em sua terra natal, “plata (dinheiro) era coisa que não se via”. Diante desse quadro, não havia outra alternativa senão emigrar. Seus pais fizeram contato com uma parenta afastada, que costumava intermediar a vinda de meninas para o serviço doméstico. Junto com d. Joana viajaram outras duas adolescentes, com o mesmo fim. Ela arranjou um lugar de copeira na residência de um dos diretores de uma companhia inglesa de navegação. Na primeira oportunidade, mandou buscar dois irmãos, uma menina e um rapaz, que se empregaram na vizinhança. Seus salários, durante um bom tempo, foram entregues a tal parenta que, após descontar a sua parte no agenciamento, os remetia para a Espanha.³²

Apesar da guarida dos patricios, nem todos os que aqui desembarcaram foram bem sucedidos. As especificidades do Rio de Janeiro — um grande entreposto comercial, onde se concentravam atividades portuárias, administração pública, bancos, casas comissárias de café e grandes firmas importadoras — transformaram-se em fortes obstáculos para a absorção dos hispânicos no mercado de trabalho formal. O problema se tornou ainda mais grave quando a Abolição tornou disponível um grande contingente de libertos, oriundos de antigas áreas produtoras de café da província fluminense e de Minas Gerais, que se deslocou do interior para a capital do país. Além disso, no último quartel do século XIX, uma outra corrente de migrantes desaguou no Rio, proveniente do nordeste, onde a seca e a expansão das usinas de açúcar empurravam os agricultores para o centro-sul. A coexistência de três movimentos migratórios na cidade — libertos, nordestinos e estrangeiros — iria gerar uma forte pressão demográfica, acompanhada da respectiva saturação do mercado de trabalho. Panorama que não se reverteu, nem mesmo na virada do século, quando o Rio de Janeiro experimentou um significativo crescimento econômico no processo de transição da manufatura para a industrialização.³³ O ritmo da multiplicação das fábricas, assim como o desenvolvimento urbano, se mostrariam demasiadamente lentos para absorver tamanha explosão populacional.

Neste sentido, carentes de qualificação

profissional e sem escolarização, uma fatia considerável dos espanhóis acabou por perfilar-se junto à multidão dos jornalheiros, ambulantes e agregados urbanos. A sra. Joana Villas, em seu testemunho, contou-nos alguns casos pontuais de “gente honrada” que, para sobreviver “com um pingão de dignidade”, precisou inclusive de contar com a caridade dos conterrâneos, tal a situação de penúria. Famílias inteiras que se apertavam num único cômodo, “vivendo de biscates”, e que ao final do mês não conseguiam juntar o dinheiro do aluguel.³⁴ A memória destes indivíduos, porém, parece não ter deixado vestígios. Pelo que pudemos perceber, durante as nossas investigações, seus descendentes, hoje em dia cidadãos respeitáveis, constrangidos pelos legados incômodos dos antecessores, guardam profundo silêncio sobre as trajetórias de vida daquelas pessoas.³⁵

Outros, menos favorecidos ainda, acabaram descambando para o caminho da marginalidade. Terminaram por engrossar a escória dos malandros, jogadores, gatunos, prostitutas, assaltantes, vadios e rufiões que perambulava pela cidade, integrando o que José Murilo de Carvalho denominou de “Rio subterrâneo”.³⁶ Ao contrário daquela “gente honrada”, que se perdeu no anonimato, conseguimos algumas pistas do paradeiro desse grupo. Seu rastro ficou gravado nas páginas policiais, como o de Constante Muntoza, conhecido passador de moeda falsa.³⁷ Ou, então, nos documentos do Ministério da Justiça, onde nos deparamos com per-

OBSERVAÇÕES ANTHROPOMETRICAS				NOTAÇÕES CHROMATICAS			
Altura 157	Comp. 113	Pé exp. 23 1/2	n.º cr. 4 1/2	Idade 35 ann			
Carvatura 32	larg. 145	Med. eq. 103 1/2	aspecto com	Nascido em 1864			
Esvergadura 115	br. 126	Mis. eq. 74 1/2	partes	em Dnaluz			
Basto 32	Orelha direita 55	Dig. Cub. eq. 92	partes	em Espanha			
				Idade apparente			

POLICIA DE S. PAULO



REPUBLICA DO BRAZIL

cabellos <i>cast.</i>				
barba <i>parte</i>				
Pigra <i>Braun</i>				
Sigues notados <i>4.10.07</i>				
por				
Verificados a				
por				

IMPRESSÃO DOS DEDOS DA MÃO DIREITA

Polgar	Index	Medias	Anular
<i>Mão esquerda</i>			

Marcas particulares e cicatrizes I II III IV V VI	4379 <i>Hija</i> Nome <i>Dolores</i> Sobrenome e pseudonymo
	Nacida <i>Malaga Espanha</i> em <i>1864</i> Filha de <i>Agustina Hija</i> e de <i>Dolores Hija</i> Profissão <i>Operaria</i> Ultima residência <i>Castellon, Brasil</i> Papel de identidade
	Relações Serviços militares Condenações anteriores, seu n.º
	Casa e lugar da detenção <i>4379</i> <i>Offena a Paulo com 7.10.07</i>
	Motivo actual; especificação do delicto
	Assinatura <i>Alphabeta</i>

Ficha de identificação policial de Dolores Hija, imigrante espanhola acusada junto com o marido, Antonio Buendio, de exercer lenocínio. São Paulo, 9 de outubro de 1907. Parte integrante do processo de expulsão de Lucia Borges. Arquivo Nacional.

sonagens como José Crespo, que também atendia pelos nomes de José Crespo Gonçalves e José Iglésias Crespo, espanhol, de 27 anos, solteiro, que se dizia copeiro, detido por furto e vadiagem após seis meses de permanência na cidade.³⁸ E mulheres, como Dolores Navarro Salsedo, 31 anos, costureira, segundo seu depoimento, presa sob acusação de lenocínio, três meses depois de ter dado entrada no Rio de Janeiro, vinda de Barcelona.³⁹

Entre 1907 e 1914, as estatísticas do 'Boletim Policial' indicam que foram detidos 638 espanhóis por cometerem os seguintes delitos: jogo, porte de arma, briga, mendicância, embriaguez, vadiagem, ultraje público ao pudor, prostituição e exploração do lenocínio.⁴⁰ Comentando essa incidência, Elysio de Carvalho culpava a origem dos imigrantes, afirmando que "(...) A Espanha, na sua atividade anti-social, é uma sobrevivência da barbárie africana ou asiática".⁴¹ Naquele mesmo período, foram processados e repatriados 37 espanhóis residentes no Rio de Janeiro, nos termos da chamada 'Lei Gordo' que regulamentou a expulsão de estrangeiros.⁴²

Na série de processos examinados, os crimes de vadiagem e lenocínio prevalecem, seguidos dos de furto e embriaguez, evidenciando as mazelas de uma sociedade em transição, marcada pela miséria, onde estruturas arcaicas coexistiam com a dita modernidade da 'Paris tropical', idealizada pelos nossos dirigentes. Ao

contrário do que sugeria Elysio de Carvalho, nas páginas do 'Boletim Policial', esses dados não espelham a "criminalidade violenta, bárbara e atávica da imigração". Na verdade, eles constituem uma pequena amostragem do universo de excluídos que povoava a cidade. Aliás, a propósito da alta incidência de expulsões por lenocínio, numa obra recente, Lená Medeiros de Menezes identifica, por meio de estudos quantitativos, uma presença significativa de prostitutas espanholas nos bordéis cariocas, em especial naqueles situados no caminho que ligava o bairro da Lapa à Zona do Mangue.⁴³



Fonte: Fundo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pacotilhas IJJ^o 158; IJJ^o 176; IJJ^o 143; IJJ^o 154; IJJ^o 131; IJJ^o 150; IJJ^o 130; IJJ^o 159; IJJ^o 140; IJJ^o 147; IJJ^o 159; IJJ^o 129; IJJ^o 144; IJJ^o 160; IJJ^o 145; IJJ^o 149; IJJ^o 161; IJJ^o 154. Arquivo Nacional.

Apesar das suspeitas levantadas por certos autores de que alguns integrantes do movimento operário, inclusive hispânicos, teriam sido deportados sob a acusação de lenocínio, o gráfico n^o 3 induz-nos a examinar o problema por um outro ângulo.⁴⁴ Na esteira da lei proposta pelo

deputado paulista Adolfo Gordo, com o intuito de 'banir os agitadores estrangeiros que contaminam o nosso proletariado', as autoridades aproveitaram para 'fazer uma faxina' nas ruas do Rio de Janeiro, descartando-se dos indesejáveis sociais, em especial daqueles que não faziam parte da denominada 'boa imigração'.

A concepção das elites brasileiras de que a força de trabalho estrangeira representava um fator de progresso possuía limites bem delineados. Como demonstra José de Sousa Martins, as classes dominantes imaginavam o imigrante "morigerado, sóbrio e laborioso", virtudes da ética capitalista que deveriam servir de modelo para o trabalhador nacional.⁴⁵

Assim, os anglo-saxões, vistos como os imigrantes ideais, eram identificados com o conhecimento, a técnica e a civilização, capazes portanto de contribuir para o desenvolvimento do país; os italianos poderiam ser bem-vindos, desde que na condição de braço forte, capaz de substituir a mão-de-obra escrava na lavoura cafeeira. Os espanhóis estavam longe de desfrutar desse mesmo conceito, conforme se pode constatar:

(...) A travessa do Comércio ostentou ontem a noite o mesmo triste espetáculo de que nos referimos há dias. Dezenas de imigrantes espanhóis ali procuravam abrigar-se e passar a noite em promiscuidade e (...) quaisquer que sejam as causas é deprimente (...). Acreditamos que eles não têm direito ao acolhimento nas hospedarias do Es-

tado, nem razão justificada para se queixarem da falta de ocupação, mas a sua vagabundagem e sua miséria, ainda que merecida, não podem continuar (...). Dê-se-lhes agasalho, ou permita-se-lhes que voltem (...), ainda mesmo com sacrifício do Estado. Os interesses da *boa imigração* são muito mais importantes do que os motivos regulamentares que possam explicar e até justificar o abandono daquela gente.(...) mais vale perder alguns contos de réis em fazê-los regressar à Europa, do que tê-los aqui nas ruas como espantalhos de outros imigrantes, como argumento aos inimigos da imigração européia para o Brasil (grifo meu).⁴⁶

Se para a nata da opinião pública a imigração espanhola não representava um fator de progresso, para os extratos inferiores da população carioca a sua presença significava uma ameaça. Neste sentido, o escritor João do Rio, numa de suas crônicas, oferece-nos um retrato sem retoques do que se passava pelas ruas do Rio de Janeiro. Dizia ele que o contingente de desembarcados, crianças, mulheres e homens, "ávidos de dinheiro e gozo", se submetia a todo o tipo de trabalho, realizando tarefas que antes eram desempenhadas por escravos, uma vez que encaravam a situação de pobreza como transitória. Uma espécie de mal necessário, desde que não voltassem para a sua terra natal, onde teriam de enfrentar a miséria dos campos e as cidades já saturadas.⁴⁷ Já o político e

ensaista Alberto Torres, preocupado com a crescente afluência de forasteiros nas nossas cidades, teorizava sobre o problema, ao afirmar que:

(...) a imigração quando não se associava ao latifúndio, constituía um regime de privilégio a favor do trabalhador estrangeiro, pois que vedava oportunidades melhores ao trabalhador nacional, de que na verdade não se cogitava num único programa que pudesse resgatá-lo ou redimi-lo.⁴⁸

Podemos observar que a disputa começava pela ocupação de um espaço privado, ou seja, por um cômodo nas superlotadas habitações coletivas, onde a classe pobre se apinhava. No espaço público, a situação era a mesma. Não foi por acaso que o cronista Luiz Edmundo, outro observador arguto dos contrastes da sociedade carioca, nas suas andanças pelo centro, nos arredores do morro de Santo Antônio, colheu este depoimento de uma negra liberta, que ilustra o drama da luta pela sobrevivência, num mercado de trabalho saturado:

(...) Uma terra tão rica e a gente a morrer de fome, sem trabalho! *Governo mau, que manda buscar gente de fora, quando aqui sobra gente.* Governo que não cuida de nós. Sorte madrasta que nos persegue desde que nascemos (o grifo é meu).⁴⁹

Para por à prova as palavras dessa anônima informante, tome-mos um caso corriqueiro, como o das mulheres que tra-

balhavam em casas de família. Pesquisando na seção dos classificados, nos jornais de época, Mary Heisler Mendonça Motta descobriu que uma empregada doméstica branca, de origem anglo-saxã, em média podia conseguir até 100\$000 mensais, com uma folga semanal, vinho nas refeições e horário das 8 às 19 horas. Portuguesas e espanholas ganhavam até 80\$000, enquanto que as negras libertas percebiam 60\$000 para o mesmo serviço e jornada de trabalho mais extensa, das 5 às 19 horas.⁵⁰ Essas faixas salariais deixavam bem claro os diferentes níveis de hierarquia, estabelecidos não apenas em relação aos libertos, mas também acerca da nacionalidade das candidatas aos empregos.

Neste sentido, o estrangeiro representava um adversário perigoso, numa contenda onde os nacionais já entravam em desvantagem, visto que as melhores oportunidades e remunerações ficavam com os imigrantes, sobretudo naqueles setores da economia que não careciam de pessoal qualificado ou semi-qualificado, como o da prestação de serviços e o comércio de varejo, nicho onde a maioria dos hispânicos se concentrou.

Decorridos cem anos, os papéis se inverteram. Assistimos hoje a um ciclo de refluxo, ainda que de proporções modestas.⁵¹ O centro repulsor, o Brasil dos altos e baixos dos planos econômicos. O centro de atração, a Espanha da estabilidade política e financeira, porta de en-

trada para o 'paraíso' da Comunidade Européia. Favorecidos por uma nova legislação, que lhes estendeu a cidadania, descendentes de imigrantes espanhóis lançam-se na rota inversa das gerações

precursoras. Caberá indagar se a belas cidades da terra de Cervantes lhes reservam um caminho menos atribulado, do que o percorrido por seus antepassados no Rio de Janeiro.

N O T A S

1. Brasil, Conselho Nacional de Estatística, 1970.
2. José Fernando Carneiro, "O Império e a colonização do Rio Grande do Sul", In: *Fundamentos da cultura rio grandense*, Faculdade de Filosofia, Porto Alegre, 4ª série, 1960; José Dacanal et alii, *Rio Grande do Sul: imigração e colonização*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. Mais recentemente, veja-se, por exemplo, Elizabeth Filippini, *Terra, família e trabalho: o núcleo colonial Barão de Jundiá, 1887-1950*, dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH, Universidade de São Paulo, 1990.
3. Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, 14ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1971; Emilia Viotti da Costa, *Da monarquia à república: momentos decisivos*, 2ª ed., São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, Florestan Fernandes, "Immigration and race relations in São Paulo", In: Magnus Mörner (org.), *Race and class in Latin America*, Nova York, Columbia University Press, 1970. Ver, ainda, Paula Beiguelman, *A crise do escravismo e a grande imigração*, São Paulo, Brasiliense, 1981.
4. Poucos trabalhos são dedicados à temática da emigração urbana. Ver Antonio Jordão, *O imigrante espanhol em São Paulo*, São Paulo, Departamento de Imigração e Colonização, 1963. Ver, ainda, Anne Marie Pescatello, *Both ends of the journey: an historical study of migration and change of Brazil and Portugal, 1880-1914*. Tese de doutoramento, Califórnia, Universidade da Califórnia, 1970; Beaujeu J. Garnier, "As migrações para Salvador". In: *Boletim Baiano de Geografia*, Salvador, 2 (7-8), 1961. Dentre as obras mais recentes, ver, Maria Suzel Gil Frutuoso, *Emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos - 1850 a 1950*, dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH, Universidade de São Paulo, 1990.
5. Lucia Maria P. Guimarães, *Espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914): contribuição à historiografia da imigração*, tese de livre docência apresentada ao IFCH da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
6. Magnus Mörner, *Aventureiros y proletarios*. Los emigrantes en hispanoamerica, Madrid, Editorial Mafpre, 1992, p. 58.
7. *O País*, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1887.
8. Miguel Martinez Cuadrado, "La burguesia conservadora (1874-1931)". In: Miguel Artola (dir.), *História de España Alfaguara VI*, 8ª ed., Madrid, Alianza Universidad, 1986, pp. 162-165.
9. Javier Martinez Arevalo, "Remesas de emigrantes y balanza de transferencias", In: *Papeles de Economía Española*, Madrid, v. 11, 1982, pp.12-139.
10. Pierre Villar, *Historia de España*, Lisboa, Livros Horizonte, (s.d.), p. 76. Coleção Horizonte nº 9.
11. Cf. Miguel Martinez Cuadrado, op. cit., p. 233.
12. Magnus Mörner, op.cit., p. 64.
13. Lucia Maria P. Guimarães, "Visões edênicas", In: Maria Tereza Brittes Lemos (org.), *América Latina em discussão - Congresso América 92*, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1994, pp. 165-171.
14. Jordi Nadal, *La población española*, 3ª ed., Ariel, Barcelona, 1973, p. 184-197.
15. Acerca dos valores das passagens transatlânticas, não dispomos de dados em moeda espanhola. Porém, para se fazer uma idéia de como os preços das viagens tornaram-se progressivamente mais acessíveis, basta dizer que em 1903 um bilhete de terceira classe Genova-Rio de Janeiro custava em média 100 liras. Em 1906, o mesmo bilhete podia ser adquirido por 70 liras.

16. Gibraltar, embora fosse possessão inglesa, era considerado porto livre. Passagens e embarques estavam livres dos impostos espanhóis.
17. Magnus Mörner, *op.cit.*, p. 65.
18. *O País*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1885. Veja-se, ainda, *O País*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1885.
19. Ver a esse respeito, Lená Medeiros de Menezes, *Modernização e imigração no Brasil: progressos e imobilismos (1850-1888)*, dissertação de mestrado, Niterói, UFF, 1986.
20. Enrique Sastré, Carta de ..., datada de Santander, 20 de novembro de 1891, dirigida ao deputado geral Antão de Faria. Manuscrito de propriedade da sra. Naida Vania Petsold Gomes, de Porto Alegre. Devo a cópia desta fonte ao prof. Jaime Antunes.
21. Octavio Cabezas Moro (org.), *Emigración española*. Evolución histórica, situación actual y problemas, Madrid, Instituto Español de Emigración/Ministério del Trabajo, 1970.
22. Magnus Mörner, *op. cit.*, p. 80.
23. Brasil, Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento*, realizado em 31 de dezembro de 1890, Rio de Janeiro, Oficina Estatística, 1898, pp. 236-237.
24. Brasil, *Recenseamento do Rio de Janeiro* (Distrito Federal), realizado em 20 de setembro de 1906, Rio de Janeiro, Oficina Estatística, 1907. Esses números oficiais também são questionáveis, considerando as estimativas das entradas ilegais.
25. Magnus Mörner, *op.cit.* p. 100.
26. Veja-se Oswaldo Porto Rocha, *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*, dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1983.
27. Lilian Fessler Vaz, *Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação no Rio Antigo*, dissertação de mestrado, PUR/UFRJ, 1981.
28. Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas, migrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 19-22.
29. Idem, *ibidem*, p. 65.
30. Depoimento do sr. Guilherme Sobrero concedido à autora, no Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1988.
31. Depoimento da sra. Maria Dolores Cintra, neta e herdeira de José Maria Carreiras, concedido à autora, no Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1987.
32. O depoimento da sra. Joana Vila foi concedido à autora, no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1987. Naquela ocasião, d. Joana completara 100 anos e recebera o título de moradora mais antiga do bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro.
33. Cf. Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, v. 2, p. 463.
34. Depoimento da sra. Joana Vila concedido à autora, no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1987.
35. Michelle Perrot, "Os segredos dos sótãos", e "Práticas da memória feminina", In: Maria Stella Martins Bresciani (org.), *A mulher e o espaço público*, Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 9 (18): 12, agosto/setembro de 1989.
36. José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 77.
37. *O País*, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1886.
38. Arquivo Nacional, IJJ⁷ 158/1223.
39. Arquivo Nacional, IJJ⁷ 145/834.
40. *Boletim Policial*, Rio de Janeiro, maio de 1907 a dezembro de 1914.
41. Idem, p. 218.
42. A então denominada Lei Gordo refere-se ao decreto nº 1.641, proposto pelo deputado federal Adolfo Gordo, que regulamentava a expulsão de estrangeiros. Sua origem está ligada ao processo de repressão às greves operárias que se intensificaram em 1906.

43. Lená Medeiros de Menezes, *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992, p. 51-52.
44. Cf. Sheldon Leslie Maram, op. cit., p. 43. Ver, ainda, Sheldon L. M., "The immigrant and the Brazilian labor movement, 1890-1920", In: Dauril Alden & Warren Dean (ed.), *Essays concerning the socio-economic history of Brazil and Portuguese and India*, Gainesville, University Press of Florida, 1977.
45. José de Souza Martins, *O cativo da terra*, São Paulo, Ciências Humanas, 1979, p. 130.
46. *O País*, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1889.
47. João do Rio, *A alma encantadora das ruas*, Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1952.
48. Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro*, 3ª edição, 5ª série, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938, p. 244. (Coleção Brasileira).
49. Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1957, 2º vol., p. 249.
50. Mary Heisler Mendonça Motta, *Imigração e trabalho industrial - Rio de Janeiro (1889-1930)*, dissertação de mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1982, p. 185.
51. Para fins de comparação, veja-se a proporção que tomou nos últimos anos a emigração de brasileiros descendentes de imigrantes japoneses.

A B S T R A C T

This article analyses Spanish immigration in Rio de Janeiro between 1880 and 1914. These immigrants were the third biggest foreign colony in the city during that period.

The author intends to discuss the idea that foreign urban immigration was in competition with national handwork, mainly those who were settled free after the slavery abolition in 1888.

R É S U M É

Cet article analyse la route explorée par les immigrants espagnols dans la Ville de Rio de Janeiro, entre 1880 et 1914. Ils ont constitués la troisième plus grande colonie d'étrangers au Rio. Par cette étude de cas l'auteur montre l'immigration urbaine en faisant concurrence à la main-d'oeuvre nationale, particulièrement celle qu' était libérée par l'abolition de l'esclavage.